



## **11 DE NOVEMBRO DE 2011**

### **Sexta – feira**

- **NOTÍCIAS CNI (ANEXO)**
- **INFORMATIVO NOTÍCIAS SEMANAIS 44/2011 - DAL/FIEP. (ANEXO)**
- **DECLARAÇÕES DE DIRETORA DA COPEL IRRITAM SINDICATOS**
- **DILMA SANCIONA LEI QUE AMPLIA TETO DO SUPERSIMPLES E DO MEI**
- **IPCA DE OUTUBRO VAZA NA INTERNET E RECUA PARA 0,43%**
- **FIESP: PRODUÇÃO INDUSTRIAL PODE FICAR NEGATIVA EM 2012**
- **GERDAU VOLTA APOSTAS PARA MERCADOS INTERNO E DOS EUA**
- **APETITE POR RISCO SE RECUPERA E DÓLAR FECHA EM BAIXA**
- **EM SETEMBRO, CRESCE O DESCOMPASSO ENTRE INDÚSTRIA E VAREJO**
- **IMPORTAÇÃO CRESCE NO TERCEIRO TRIMESTRE E CHEGA 23,4% DO CONSUMO**
- **OS RISCOS DO PREÇO DE TRANSFERÊNCIA**
- **DELPHI DEFINE NOVAS ESTRATÉGIAS COM FORNECEDORES**
- **CARROS ELÉTRICOS: MODELO EUROPEU DE RECARGA PODE SER ADOTADO NO BRASIL**
- **INDICADORES ECONÔMICOS - SAÍRAM OS ÍNDICES DO IPCA E DO INPC DE OUTUBRO**
- **SIMPLES NACIONAL - PRESIDENTA SANCIONA ALTERAÇÕES NO SIMPLES NACIONAL**
- **PODER LEGISLATIVO - SIMPLES NACIONAL: SANCIONADA LEI QUE REAJUSTA TABELAS DE ENQUADRAMENTO**
- **CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - COMPETÊNCIA DE OUTUBRO/2011: PRAZO DE RECOLHIMENTO É ATÉ O DIA 18/11**

- **DIREITO CONSTITUCIONAL - ADI'S: LEI Nº 9.868 COMPLETA 12 ANOS**
- **PROJETO DE LEI - COMISSÃO APROVA PROPOSTA QUE PUNE MÁ-FÉ EM PROCESSO TRABALHISTA**
- **FAP - CONSULTA ESTÁ LIBERADA NOS SITES DO MPS E DA RFB**
- **DEFESA DO CONSUMIDOR - COMISSÃO APROVA DECISÃO DE OFÍCIO PARA ANULAR CLÁUSULAS ABUSIVAS DE CONTRATO BANCÁRIO**

Câmbio Em 11/11/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,754	1,755
Euro	2,394	2,395

Fonte: BACEN

## Declarações de diretora da Copel irritam sindicatos

11/11/2011- Gazeta do Povo

As negociações do acordo coletivo de trabalho da Companhia Paranaense de Energia (Copel) para os anos de 2011 e 2012 ficaram "embaraçadas" nos últimos dias. Alguns dos sindicatos envolvidos na negociação aceitaram o reajuste de 7,3% oferecido pela estatal – índice que representa apenas o repasse da inflação acumulada em 12 meses –, enquanto outras ainda têm assembleias agendadas para discutir a questão. A continuidade das conversas, no entanto, pode estar ameaçada.

Logo após algumas das categorias anunciarem que haviam aceitado o reajuste, a companhia divulgou um vídeo a todos os seus empregados em que sua diretora de gestão corporativa, Yara Eisenbach, afirma que aquela seria a "proposta final" da Copel, descartando a possibilidade de novas negociações entre os sindicatos que ainda não tinham se posicionado.

Na gravação, Yara cita ainda o que seriam novas posturas da companhia, que não cederia mais a "barganhas" dos sindicalistas. Incomodados com o que classificaram de "coação" e "insinuações contra o movimento" sindical contidas no vídeo, alguns dos sindicatos ameaçam entrar com representações no Ministério do Trabalho e também na Organização Internacional do Trabalho (OIT) contra a diretora da Copel.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Eletricitários do Paraná (Sindelpar), Paulo Sérgio dos Santos, a questão está sendo analisada pelos setores jurídicos das categorias e as denúncias podem ser feitas até a próxima semana. Quem acompanha o movimento acredita que a postura dos sindicatos pode ser apenas uma forma de pressionar a companhia. Mas o presidente do Sindelpar avalia que alguma outra retaliação – como a realização de greve – teria poucas chances de ocorrer. Procurada, a Copel não conseguiu passar uma posição de sua diretoria até o fechamento desta edição.

### **Dilma sanciona lei que amplia teto do Supersimples e do MEI**

11/11/2011- Gazeta do Povo

A presidente Dilma Rousseff sancionou ontem a lei que amplia o teto de faturamento das empresas do Simples Nacional (Supersimples) e a renda máxima de autônomos e trabalhadores por conta própria incluídos no regime de Microempreendedor Individual (MEI). Em 2012, o limite de faturamento anual das microempresas sobe de R\$ 240 mil para R\$ 360 mil e o das pequenas, de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,6 milhões. A renda bruta dos beneficiários do MEI foi elevada de R\$ 36 mil a R\$ 60 mil por ano.

### **IPCA de outubro vaza na internet e recua para 0,43%**

11/11/2011- Gazeta do Povo

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi obrigado a antecipar ontem o resultado do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de outubro, que ficou em 0,43%. O resultado do índice, usado no acompanhamento oficial da inflação, vazou no sistema informatizado – o que o instituto, em uma nota curta distribuída no início da noite de ontem, identificou apenas como uma "falha no sistema de publicação de informações" do site.

Somente os títulos dos comunicados das pesquisas que seriam anunciadas hoje vazaram, e não os comunicados na íntegra. O IBGE informou que as informações dos títulos não chegaram a estar no portal do instituto. Mas, devido ao vazamento, poderiam ser acessadas via outras tecnologias, como celulares, por exemplo. A comunicação do instituto elaborou comunicado enviando para todo o seu mailing as informações antecipadas, "prezando igualdade de acesso à informação pública".

De acordo com informações não oficiais, a assessoria de imprensa do IBGE teria tomado conhecimento do vazamento por volta das 18h30. As operações em bolsa de valores podem ser feitas até as 18 horas. Mas, no mercado futuro de juros, no qual esse tipo de informação pode ser extremamente valiosa, as operações são encerradas pouco antes das 17 horas.

Somente hoje o IBGE dará mais explicações sobre o vazamento, com participação, inclusive, dos superintendentes responsáveis pela área de informática na conversa

com jornalistas, convocada inicialmente para divulgar o resultado do IPCA. A inflação veio dentro das expectativas do mercado.

Procurada ontem, a assessoria do Banco Central disse que a instituição não comentaria o ocorrido. Em setembro, o IPCA havia ficado em 0,53%. O IBGE divulgou também o índice do emprego industrial, que caiu 0,4% em setembro. Algumas informações desencontradas davam conta de que os dados vazaram de um sistema que alimenta as publicações do site do instituto.

Em junho deste ano, o site do IBGE foi invadido por hackers. Mas, segundo o IBGE, não houve danos maiores ao sistema nem modificações nas estatísticas. No site aparecia a inscrição "IBGE Hackeado – Fail Shell", sobre uma imagem com um olho representando a bandeira do Brasil.

## Fiesp: produção industrial pode ficar negativa em 2012

11/11/2011- Gazeta do Povo

O diretor do **Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)**, **Roberto Giannetti** da Fonseca, afirmou que a produção industrial do País pode ficar negativa em 2012. "Isso pode ocorrer em função da desaceleração da economia mundial, motivada pela crise, que vai reduzir as exportações brasileiras", comentou. Para 2011, a instituição prevê uma expansão pouco superior a 2%.

Gianetti também acrescentou que outros fatores vão colaborar para que ocorra esse fenômeno. Um dos principais é o ingresso de produtos importados no mercado nacional, que é muito forte, segundo a Fiesp, e coloca o "País em pleno processo de desindustrialização". "Perto de um quarto de tudo o que é produzido no Brasil é importado. Isso preocupa, porque está reduzindo a geração de emprego e afetando a indústria do País", continuou. Outros fatores que colaboram para a redução da produção local, segundo ele, são as medidas prudenciais e de alta de juros que o governo adotou para conter a demanda agregada.

O diretor da **Fiesp** também destacou que o agravamento da crise internacional deve provocar a valorização do dólar em relação a diversas moedas do mundo, inclusive ante o real. "O câmbio deve atingir R\$ 1,80 até o fim deste ano, e variar deste patamar até R\$ 2,00 em 2012", comentou. "A Fiesp acredita que o patamar do real, ante o dólar, de R\$ 2,00 é uma taxa mais favorável à indústria brasileira".

Contudo, Gianetti da Fonseca destacou que a apreciação do real ante o dólar em boa parte deste ano deve fazer com que o déficit da balança comercial de manufaturados fique entre US\$ 85 bilhões e US\$ 90 bilhões em 2011. "Esse resultado negativo pode chegar a US\$ 100 bilhões em 2012, mesmo com o câmbio em R\$ 2,00, pois muitos compromissos de importação já estão sendo firmados para o início do próximo ano", concluiu.

## Gerdau volta apostas para mercados interno e dos EUA

11/11/2011- Valor Econômico

Apesar das preocupações com a dimensão da crise europeia e seus efeitos no Brasil, o executivo André Gerdau Johannpeter, diretor-presidente do grupo siderúrgico Gerdau, sinalizou ontem que está otimista em relação ao desempenho dos negócios em 2012.

Suas apostas estão voltadas, sobretudo, para o avanço do mercado no Brasil e para a retomada de crescimento dos Estados Unidos.

As expectativas da companhia indicam que o mercado interno brasileiro continuará aquecido no próximo ano por causa dos projetos de construção civil e de infraestrutura em andamento - como as obras para a construção de estádios para receber os jogos da Copa do Mundo, que será realizada no Brasil em 2014. A previsão é que o volume de vendas no país cresça entre 10% e 12% em 2012.

"O sistema financeiro está em crise, mas não está afetando nossas entregas, até porque atuamos em países emergentes. Nessas regiões, o mercado segue crescendo", disse André Johannpeter em teleconferência com jornalistas, ontem, para comentar os resultados do terceiro trimestre.

Em relação ao mercado americano, a expectativa de bom desempenho se deve à melhora no nível de atividade. A utilização de capacidade instalada da operação da Gerdau nos Estados Unidos avançou de um patamar de 62% para 70% em um ano.

Além disso, os negócios nos Estados Unidos responderam por 25% do resultado antes do juro, impostos, amortização e depreciação (Ebitda, na sigla em inglês) no terceiro trimestre. Um ano atrás, representava 15%.

Os primeiros indícios que reforçam a perspectiva de um cenário mais positivo foram os resultados obtidos pela Gerdau no terceiro trimestre. A empresa lucrou R\$ 713 milhões no período, o que corresponde a um crescimento de 17% em relação ao valor apurado um ano atrás. Segundo Johannpeter, a melhora do resultado se deve às menores despesas financeiras, aos efeitos da variação cambial e aos benefícios fiscais decorrentes do pagamento de juros sobre o capital próprio.

A receita líquida avançou 9% no período entre julho e setembro, totalizando R\$ 8,9 bilhões. O acréscimo refletiu o aumento das vendas em todas as regiões onde a Gerdau opera.

"Achei bom o desempenho da Gerdau, em linha com o que o mercado esperava no que diz respeito às vendas físicas, que totalizaram 4,8 milhões de toneladas", diz Pedro Galdi, analista-chefe da SLW Corretora.

No mercado interno, as vendas alcançaram 1,4 milhão de toneladas, o que significou um aumento de 13% em relação a igual período de 2010. As exportações somaram 417 mil toneladas, 2% menos em comparação a 2010. "A empresa ampliou as vendas no mercado local e reduziu as exportações", diz Galdi.

O Ebitda, por sua vez, caiu 4%, para R\$ 1,2 bilhão, reduzindo a margem de 15% para 14%. A queda é efeito da pressão de custos, como salário e insumos (óleo combustível e energia, por exemplo).

O que deixa a Gerdau um pouco mais tranquila em relação ao futuro é o dinheiro em caixa - R\$ 4,3 bilhões - engordado pela emissão de ações, de R\$ 3,6 bilhões, em abril. Em consequência da oferta pública, a dívida bruta da empresa caiu 7,8%, para R\$ 13,5 bilhões, na comparação com dezembro de 2010.

"Com essa emissão, a Gerdau equacionou dívida cara e melhorou a estrutura de capital", avalia o analista Rafael Weber, da Geração Futuro.

"A situação dá tranquilidade para a Gerdau cumprir o plano de investimentos, de R\$ 10 bilhões até 2015, sem precisar recorrer a bancos e capital próprio num momento ruim."

## **Apetite por risco se recupera e dólar fecha em baixa**

11/11/2011- Valor Econômico

Depois de um dia de forte pessimismo, a quinta-feira foi de recomposição de posições em ativos de risco, o que resultou em perda de valor do dólar aqui e no mercado externo.

No front local, o dólar comercial encerrou o dia com baixa de 0,84%, a R\$ 1,761 na venda. Na mínima, a moeda foi a R\$ 1,756.

Na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), o dólar pronto fechou com leve alta de 0,09%, a R\$ 1,7635. O giro do dia ficou em US\$ 131,13 milhões.

Também na BM&F, o dólar para dezembro mostrava desvalorização de 0,95%, a R\$ 1,772, antes do ajuste final.

Segundo o gerente de câmbio da Treviso Corretora, Reginaldo Galhardo, a formação de preço segue lado a lado com o grau de aversão ao risco no mercado internacional.

Hoje, o tom melhorou um pouco depois que a taxa de retorno dos papéis italianos caiu abaixo dos 7%, linha considerada crítica, pois nesse patamar o país não consegue dar conta de pagar suas dívidas. A redução na taxa foi atribuída à atuação do Banco Central Europeu (BCE) no mercado secundário.

Galhardo lembra, no entanto, que a "alegria" na zona do euro costuma durar apenas 24 horas. O foco está na Itália, mas cresce a preocupação com a França, que também viu seu custo de financiamento subir.

O gerente também chama a atenção a um episódio pouco comum que aconteceu hoje. A agência de classificação de risco Standard & Poor's negou que tenha mudado a nota "AAA", a maior da escala, da França. Segundo a S&P, o comunicado divulgado acenando mudança de rating foi um "erro" que está sendo investigado.

No front local, Galhardo aponta para a relativa tranquilidade em meio a esse cenário de grande incerteza e também destaca o "equilíbrio" do fluxo cambial, que apresenta volumes e saldos modestos. Ontem mesmo, o Banco Central (BC) mostrou que o fluxo até o dia 4 de novembro estava negativo em apenas US\$ 36 milhões.

No câmbio externo, o euro recuperou parte do tombo de 2% de ontem. Há pouco, a moeda ganhava 0,51%, a US\$ 1,361. Enquanto o Dollar Index, que mede o desempenho da divisa americana ante uma cesta de moedas, ganhava 0,55%, a 77,56 pontos.

## **Em setembro, cresce o descompasso entre indústria e varejo**

11/11/2011- Valor Econômico

O descompasso entre a indústria e as vendas no varejo ampliou-se em setembro. Enquanto a produção industrial recuou 2% em relação a agosto, na série com ajuste sazonal, o comércio varejista restrito subiu 0,6% e o ampliado (que inclui veículos e autopeças e material de construção) aumentou 0,9%, também em série ajustada.

O economista-chefe da corretora Convenção Tullett Prebon, Fernando Montero, diz que o motivo estrutural para o descompasso é a perda de espaço do produto nacional para o importado no abastecimento do consumo, num cenário de câmbio valorizado demais. Agora, o ajuste de estoques na indústria também contribui para essa diferença de trajetória, afirma ele.

Vários setores entraram na segunda metade do ano com inventários elevados, e têm se esforçado para reduzi-los, colocando um pé no freio na produção. Para Montero, esse processo deverá continuar nos próximos meses, com o varejo andando à frente da indústria.

A indústria automobilística segue com estoques elevados, apesar de ter diminuído significativamente a produção de veículos, que em setembro recuou 11% em relação a agosto, feito o ajuste sazonal. "O setor de veículos é um caso extremo, não refletindo o quadro geral da indústria, mas é um caso emblemático", afirma Montero, para quem o comércio deve crescer a um ritmo razoável, num quadro de mercado de trabalho ainda forte.

Em setembro, o nível de produção da indústria estava 3% abaixo do registrado em setembro de 2008, quando o agravamento da crise causado pela quebra do Lehman Brothers ainda não atingira com força o setor industrial brasileiro. Já as vendas do varejo ampliado estavam, em setembro deste ano, 21,1% acima do volume registrado há três anos. As importações, favorecidas pelo câmbio valorizado, abocanharam a maior parte desse avanço do consumo.

### **Importação cresce no terceiro trimestre e chega 23,4% do consumo**

11/11/2011- Valor Econômico

O coeficiente de importação do país aumentou no terceiro trimestre deste ano, chegando a 23,4% do consumo doméstico, aponta estudo divulgado nesta quinta-feira, 10, pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O aumento de 0,5 ponto percentual no coeficiente de importação na indústria geral, na comparação com o trimestre anterior, ocorreu em um cenário de aumento das exportações, que perderam competitividade no mercado interno, combinado com leve alta da produção interna.

Para o diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Derex) Roberto Gianetti da Fonseca, "praticamente um quarto do que o país consome vem de fora". Na indústria de transformação, o crescimento do coeficiente, em comparação ao segundo trimestre do ano, cresceu 0,8%, chegando a 22,3% do consumo doméstico.

No levantamento, de 33 setores da indústria pesquisados, 29 apresentaram alta no coeficiente de importação. Aqueles que mais dividiram espaço com os produtos importados foram os de tratores, máquinas e equipamentos para agricultura, com aumento de 9% no terceiro trimestre, e metalurgia e metais não-ferrosos, com 4,6%.

Do outro lado da balança, o coeficiente de exportação, que mede a participação das exportações na receita da indústria, cresceu, mas em um ritmo menor do que as importações. No terceiro trimestre de 2011, os produtos vendidos ao exterior representaram 20,2% do total da indústria, alta de 0,3% em relação aos três meses anteriores. Na indústria de transformação, o acréscimo foi menor, de 0,1%, representando 17,1% do total. Na série com ajuste sazonal, a produção industrial total do país cresceu 0,1% entre julho e setembro.

Gianetti acredita que o aumento das importações evidencia uma desindustrialização do país, pois o produto estrangeiro está tomando lugar da produção nacional. "Estamos em um mundo globalizado, não é ruim importar. O problema é que a indústria não consegue competir aqui e tem que exportar, enquanto o consumo está sendo substituído pelos produtos de fora. E isso preocupa", afirma.

Alguns setores evidenciam esse quadro. Enquanto a siderurgia aumentou as exportações em 47,4% na comparação entre o terceiro trimestre de 2010 e o deste ano, a produção encolheu 1,5%. Na mesma base de comparação, no segmento de máquinas e equipamentos para fins industriais e comerciais, as exportações aumentaram 26,7% enquanto a produção caiu 2,4%. O setor mais afetado no último ano foi o de calçados, que viu as exportações caírem 23,5% e a produção 11,5%, em igual intervalo.

## Os riscos do preço de transferência

11/11/2011- Valor Econômico

Fruto da globalização, o comércio entre empresas vinculadas cresceu a partir dos anos 50, chamando atenção dos diversos Fiscos para os preços de transferência já que o alto custo nas importações de partes ligadas (ou baixo preço de exportação) pode reduzir o lucro e, pois, o imposto pago. Daí ter-se desenvolvido um critério, amplamente aceito, segundo o qual partes ligadas devem praticar preços e condições semelhantes a terceiros independentes ("arm's length"). Se há consenso quanto a este, a prática difícil é sua concretização, com o risco de o preço mínimo exigido no Estado vendedor ultrapassar o custo máximo no Estado importador. Ciente desse problema, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) busca aproximar tais práticas.

O Brasil não integra a OCDE e - verdade seja dita - os critérios propostos pela última não são adequados à realidade de um país em desenvolvimento. Daí não ser censurável a decisão do legislador, por meio da Lei nº 9.430, de 1996, de adaptar as práticas internacionais. Houve, por certo, exagero na simplificação, quando, por exemplo, impuseram-se margens predeterminadas, sem a necessária flexibilização.

A maior crítica, entretanto, que se pode fazer não é ao legislador, mas ao Fisco, cuja interpretação inviabiliza a lei.

Sintomático é o caso do método do Preço de Revenda menos Lucro (PRL). Sua concepção é singela: o preço de mercado de um bem importado deve partir do preço de revenda, deduzido de uma margem predeterminada de 20%. Quando, o bem era aplicado na produção de outro bem, o Fisco pretendeu vedar a aplicação do PRL, como se não houvesse revenda, o que foi rechaçado pela jurisprudência.

***Quem se disporá a fabricar no país, se tiver que tributar lucro (inexistente)?***

A lei nº 9.959, de 2000 expressamente admitiu o PRL na importação de insumos. Em vez da margem de 20%, entretanto, previu margem variável segundo o valor agregado no país. Ou seja: se o bem tivesse pouco valor local, exigir-se-ia margem de 60%; quanto maior o valor agregado no país, menor a margem. É o que se chama norma tributária indutora: por meio do tributo, estimula-se a economia.

O Fisco, no início, adotou esse entendimento (Instrução Normativaº 32, de 2000), mas lamentavelmente voltou atrás, editando a Instrução Normativa º 243, de 2001, que exigiu que o fabricante no país tivesse, sempre, 60% de lucro sobre seu preço de revenda. O raciocínio não tem substrato econômico e fere os parâmetros da razoabilidade. Lamentavelmente, há decisões administrativas e o judiciais confirmando esse absurdo. Sinaliza-se com forte incentivo à desindustrialização do país: quem se disporá a fabricar um bem no país, se tiver que tributar lucro (inexistente) de 60% do preço de venda? Muito mais conveniente revender produtos acabados, quando a margem exigida é só de 20%

A interpretação da IN 243/01 não tem respaldo no texto da lei. O Fisco insiste em seu posicionamento, dizendo que seria o único caminho lógico. Em resumo, propõe-se que se considere o percentual de participação dos bens importados no custo total do bem, antes de aplicar a margem de 60%.

Não se respalda na lógica o raciocínio, pois utiliza como premissa algo que, afinal, quer-se provar. Ou seja: se quero provar o custo adequado do bem importado, não posso partir daquele mesmo custo.

Seja um exemplo absurdo: um bem cujo item importado custe, em valores de mercado, 1, enquanto os custos nacionais sejam 9, totalizando custo de 10. Seja um preço de venda de 25. A participação do bem importado é de 10% e portanto aplicar-se-á o PRL sobre o valor de 2,5. Com margem de lucro de 60% (1,5), chega-se a preço de mercado tolerado 1 e nenhum ajuste será exigido. Se o contribuinte inflar o bem importado, para 6, o custo total passará a 15. Nesse caso, o percentual de participação do bem importado será 40%. Aplicando o percentual sobre o preço de venda de 25, temos o PRL sobre 10, dando um preço máximo tolerado de 4. Ou seja: o contribuinte sextuplicou o preço de transferência e teve um ajuste de meros 2.

Basta continuar os exercícios matemáticos para ver que o erro é sistêmico: quanto maior o valor da importação, maior o percentual do bem importado no custo total, ampliando o preço de mercado apurado pelo PRL.

Evidencia o erro o fato de que quando se aplica o método, alcançando-se um preço parâmetro e se emprega este mesmo preço novamente na fórmula, chega-se a novo parâmetro.

Tal erro lógico poderia ser corrigido se, em vez de partir do custo do bem importado, se partisse do custo local. Ou seja: no exemplo acima, o custo local era 9. Agregue uma margem de lucro para o custo local (os mesmos 150%: a margem de 60% sobre o preço de venda é o mesmo que 150% em cima do custo) e se chegará a um valor de 22,50. Deduza esse valor do preço de venda (25) e se alcançará o valor de venda do bem importado (2,5). Aplique a margem de 60% e se terá PRL de 1.

Não se quer sustentar o acerto da administração ao exigir margem de 60%. Como dito, contribui para a desindustrialização do país e deve ser rechaçada. Mas os cálculos mostram que a interpretação do Fisco para a Lei nº 9.959, além de não ter base no texto da lei, tampouco tem lógica, merecendo repulsa.

## Crise mundial põe negócios em riscos

11/11/2011- Agência CNI

Mais da metade dos industriais vê na crise econômica mundial um risco às empresas. Para 54% dos empresários, o atual cenário é incerto e afeta os negócios. Desses, 69% acreditam que a situação adversa da economia deve permanecer até, no máximo, o fim do próximo ano e 19% esperam que o quadro atual permaneça além de 2012. As informações são da Sondagem Especial: Cenário Econômico Mundial, divulgada pela [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#) nesta quinta-feira, 10 de novembro. A pesquisa foi feita entre 3 e 18 de outubro com 2.090 empresas.

Dos três segmentos analisados pela pesquisa – indústria de transformação, extração mineral e construção –, a preocupação é maior entre os empresários da indústria de transformação: 57% deles consideram o cenário econômico mundial incerto e arriscado para as empresas. Esse percentual chega a 55% no setor extrativo e a 41% na indústria da construção.

“As indústrias de transformação e extrativa se ressentem mais porque são muito integradas à economia mundial. A indústria de construção que é mais voltada ao mercado interno”, disse o gerente-executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco.

De acordo com o economista, a pesquisa indica que o Brasil precisa tomar medidas para minimizar os efeitos da crise. “A deterioração do cenário econômico não está sendo abrupta como foi em 2008. Com isso, o governo tem condições de tomar medidas que reduzam os impactos da situação mundial adversa na economia brasileira”, afirmou Castelo Branco.

O estudo mostra ainda que a crise econômica internacional de 2008-2009 afetou 52% das empresas e 30% ainda sentem seus efeitos. As indústrias de grande porte foram as mais afetadas. Entre os dirigentes de grandes empresas entrevistados, 71% sentiram os impactos da crise e 37% ainda percebem os efeitos das turbulências externas.

Entre as médias empresas, 57% foram afetadas pela situação econômica mundial adversa e 32% ainda notam seus resultados. Entre as pequenas empresas, 44% sentiram os impactos da crise e 26% ainda percebem seus efeitos.

Em relação às perspectivas para os próximos seis meses, 31% dos empresários acreditam em piora do quadro econômico mundial, enquanto 36% esperam a manutenção do atual cenário. Apenas 22% confiam que a situação econômica vai melhorar.

**CENÁRIO PIOR** – Sobre um eventual agravamento do quadro econômico mundial, 40% dos empresários responderam que o impacto seria maior ou igual ao da crise de 2008-2009. Para 23% dos entrevistados, uma piora na economia mundial teria efeito menor do que o da crise de 2008-2009 e, para 11%, o impacto não seria significativo.

Os principais efeitos apontados pelos industriais, no caso de agravamento da crise, seriam sobre as exportações, que registrou 26,1 pontos, e o acesso ao crédito, com 28,5 pontos. Para cálculo desse índice, a CNI usou o método em que valores abaixo de 50 pontos indicam impacto esperado negativo. Em todos os demais itens analisados – demanda interna, produção ou atividade e número de empregados –, os

empresários apontam resultados negativos no caso de piora do cenário da economia mundial. O menos negativo seria sobre o número de empregados, que assinalou 31,6 pontos.

## Delphi define novas estratégias com fornecedores

11/11/2011- Newsletter Automotive Business

A Delphi vai comprar globalmente US\$ 8 bilhões em materiais produtivos este ano, dos quais US\$ 1,5 bilhão relativos a insumos e componentes indiretos e US\$ 500 milhões em serviços logísticos. Do total, cerca de 9% serão adquiridos junto a parceiros que atuam no Brasil e região. A informação vem de Sidney Johnson, vice-presidente global de suprimentos da corporação, que tem escritório em Troy, Michigan, nos Estados Unidos.

Em 10 de novembro, um dia depois de comandar convenção com uma centena de fornecedores em São Paulo, ele recebeu **Automotive Business** no Hotel Renaissance e avaliou os cenários para a indústria automobilística brasileira, que receberá investimentos da ordem de R\$ 64 bilhões de montadoras e autopeças até 2015 e deverá acelerar as encomendas de insumos, componentes e serviços.

Johnson entende que o País passa por um momento especial e recebe a atenção de todos os fabricantes internacionais de veículos e sistemas, com a economia dando sinais de vitalidade, mesmo diante dos problemas enfrentados pela Europa. Durante o encontro com os fornecedores na quarta-feira ele deixou mensagens claras sobre a atuação da Delphi e estratégias na área de compras. "A companhia vai muito bem em nível internacional e tem colecionado avanços importantes na América do Sul. Queremos ser o parceiro mais relevante para o segundo nível da cadeia de suprimentos, com negócios importantes e apostas em tecnologias capazes de trazer oportunidades e satisfação aos clientes", definiu.

"Pretendemos avançar em inovação, propor soluções diferenciadas e vencedoras", acrescentou Johnson, assinalando que a ênfase da companhia está em soluções verdes, com máxima segurança e conectividade. Junto com essas proposições, ele trouxe também um recado importante para quem pretende fazer parte do supply chain liderado pela Tier 1 norte-americana: depois de acumular um grupo de dois mil fornecedores, o objetivo é trabalhar com 600 e estar muito próximo de uma centena deles, com grande capacitação, força no desenvolvimento e inovação. Essas 600 empresas devem responder por 90% do valor das compras feitas pela Delphi. Já os cem parceiros mais expressivos entregarão 60% a 70% dos suprimentos.

Ele explicou que serão valorizados parceiros capazes de atuar em múltiplos mercados, regiões, áreas de produtos e também categorias de suprimentos. Categoria é um termo aplicado para designar commodities, dentro de conceito mais amplo do que meramente um material, estendendo-se a serviços e processos.

Embora reconheça que a indústria automobilística trabalhe de forma globalizada, Johnson enfatizou que a diretriz principal no planejamento de suprimentos é valorizar

o fornecimento regional. Ao lado dele, Edécio Genaro, diretor de compras para a América do Sul, disse que essa política tem prevalecido, apesar das pressões para redução de custos pelas montadoras, em mercado identificado por intensa competição. "Privilegiamos produtos e serviços locais até o limite do razoável", assinala o executivo brasileiro, lembrando que energia, água, insumos básicos como aço e petroquímicos e serviços têm cotação aqui muito superior à de países que concorrem com o Brasil no setor automotivo.

Johnson não definiu o número de fornecedores ideal por categoria. "Há diferenças importantes de uma área para outra. Tratando-se de especialidades químicas, como resinas, é necessário ter uma lista razoável de fontes. Já no caso de eletrônica nem sempre isso é possível e ocorre uma dependência forte de insumos básicos vindos da Ásia".

O vice-presidente global de compras, que iniciou a carreira em 1988 na então divisão Allison Transmission da General Motors e juntou-se à Delphi Packard Electric Systems em 2002, observou também que o tsunami de março no Japão deixou algumas lições importantes, como aperfeiçoar a análise de vulnerabilidades da cadeia e, sempre que necessário, pensar em duas fontes de materiais e processos, possivelmente de diferentes regiões.

Haverá oportunidades para pequenos players, do segundo ou terceiro nível do supply chain? "Sim. Mesmo que não tenham todas as capacitações desejadas, poderão fazer parte do grupo de 600 fornecedores. Mas dificilmente estarão entre os 100", avalia.

## **Premiação**

Na quarta-feira, 9, durante a convenção de fornecedores realizada na Câmara de Comércio Americana (Amcham), em São Paulo, a Delphi premiou as empresas que mais se destacaram ao longo de 2011. No plano regional foram reconhecidas a Scheuermann Hellig, Ifer Industrial, Primotech 21, Quantumplás, Granucobre Distribuidoras e TNT Mercúrio Cargas e Encomendas Expressas. Os parceiros premiados com o Pinnacle Award, na categoria Above & Beyond, de acordo com os padrões mundiais da Delphi, excedendo expectativas em qualidade, negociação, entregas e suporte ao cliente, foram a Acome, Tito Global Trade e Elring Klinger.

## **Carros elétricos: modelo europeu de recarga pode ser adotado no Brasil**

11/11/2011- Newsletter Automotive Business

O Brasil pode receber nos próximos anos o Mobi.e como uma das soluções para viabilizar carros elétricos. O sistema integra em uma única plataforma diversas soluções e informações sobre a recarga de modelos com a tecnologia, com facilidades como um único cartão que pode ser usado em diferentes equipamentos de abastecimento, informações on-line sobre os postos mais próximos e históricos de gastos com energia.

A novidade está em estudo na Prefeitura de São Paulo como uma das possibilidades para estimular a diversificação das fontes de energia da frota. A cidade assinou um

protocolo de intenções com a Aliança Renault Nissan, para analisar a compra de carros elétricos da companhia para frotas públicas. O projeto, parceiro das montadoras, pode chegar ao País ao mesmo tempo que os veículos.

## **Sistema unificado**

Desenvolvido em Portugal, o Mobi.e pretende padronizar o serviço de abastecimento para o cliente, que não precisará trabalhar com concessionárias diferentes em cada região em que estiver. Além disso, com a tecnologia, o país pretende romper uma das grandes barreiras ao avanço do carro elétrico: a insegurança do cliente. "Mais do que a eletricidade em si, as pessoas buscam informações sobre onde poderão abastecer e se há uma rede disponível e estruturada", acredita João Dias, um dos responsáveis pela implementação da novidade.

No sistema, o cliente conta com recursos para atender a essa necessidade. Entre eles está a possibilidade de traçar uma rota no celular e verificar nela quais são os pontos disponíveis. Até o fim de 2011 o sistema contará com 1.300 postos de abastecimento normal e 50 de recarga rápida em 25 cidades.

O investimento na primeira fase foi feito pelo governo português para estimular a eletrificação veicular e reduzir a dependência de petróleo. A intenção é aproveitar a energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis, que já representa 53% do total utilizado no país. Entre hidroelétrica e, principalmente, eólica, cerca de 60% da energia da região será renovável até 2020.

A fase inicial de desenvolvimento do Mobi.e durou cerca de dois anos, com o primeiro posto de abastecimento inaugurado em 2009. Entre os principais critérios para o projeto estava a necessidade de oferecer cobertura nacional integrada que, mesmo com equipamentos de recarga distintos, fosse compatível com um único sistema.

A tecnologia precisava ainda ser competitiva e autossustentável. "Quando a plataforma ganhar um volume maior de usuários, os investimentos do governo não serão mais necessários", explica Miguel Pinto, representante da Inteli, uma das empresas envolvidas no projeto. Com isso, o programa pretende igualar os custos dos veículos elétricos, entre compra do carro e gastos com o uso diário, com os dos modelos a combustão.

Além do criterioso processo de desenvolvimento, o projeto deve ganhar força impulsionado por uma série de outras iniciativas. A primeira delas é a liberação de incentivos fiscais, como o desconto de € 5 mil para os primeiros 5 mil elétricos emplacados no país. "Esse estímulo só não esgotou até agora porque faltam veículos para ser comercializados, há fila de espera", conta Pinto. Outras ações são o mapeamento do potencial do mercado do segmento e a meta de substituir 20% da frota portuguesa por carros elétricos.

## **Expectativas**

Depois de ser o primeiro país da Europa com um sistema do gênero, Portugal deve

levar o Mobi.e para outras regiões do continente. “A partir de janeiro de 2012 começamos a integrar diversas outras redes ao sistema”, revela Miguel Pinto. Por enquanto, o volume de clientes é pouco expressivo, já que o país tem apenas 400 carros elétricos. A expectativa, no entanto, é que o projeto esteja disponível para acompanhar o crescimento dessa frota. Os modelos com a tecnologia devem representar 10% das vendas totais de veículos no mundo em 2020.

A plataforma já recebe incrementos para funcionar com mais eficiência. “Temos um estudo em curso sobre os hábitos dos usuários de energia para chegarmos a perfis de consumo e carregamento”, conta. A partir desse levantamento serão desenvolvidas smart grids, redes inteligentes em que o usuário pode programar a recarga do carro em horários de baixa demanda de energia (há locais em que a tarifa é menor de madrugada, por exemplo).

A ideia é que o cliente agende o carregamento pelo celular ou computador. “A pessoa informa a quantidade de energia que precisará e em qual horário. A partir disso o próprio sistema define a melhor forma de recarga com o menor custo”, explica Pinto. Junto a este recurso o Mobi.e também deve tornar disponíveis, em breve, informações sobre os gastos com o carro e ainda sobre as emissões de poluentes geradas no ciclo de abastecimento.

## **Renault**

A Renault prepara o terreno para a chegada da sua linha de carros elétricos ao mercado. Por conta da parceria com as empresas responsáveis pelo Mobi.e, a companhia escolheu Portugal para o lançamento de dois modelos da nova gama, o Kangoo Z.E. e o Fluence Z.E., que serão apresentados nesta quinta-feira, 10. A empresa também trabalha com outras soluções para viabilizar os modelos no mercado, como um sistema de troca de baterias, feito em parceria com a empresa israelense Better Place. A ideia é que, quando não há tempo para reabastecer a energia do carro, o usuário troque a bateria do veículo por uma carregada. A substituição, segundo a montadora, leva um minuto e meio.

## **Indicadores Econômicos - Saíram os índices do IPCA e do INPC de outubro**

11/11/2011- Notas COAD

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o mês de outubro em 0,43%. Com esse resultado, o acumulado do ano está em 5,43%, e nos últimos 12 meses, 6,97%. Em setembro o índice havia sido de 0,53%.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) fechou o mês de outubro em 0,32%. Com esse resultado, o acumulado do ano está em 4,94%, e nos últimos 12 meses, 6,66%. Em setembro esse índice havia sido de 0,45%.

## **Simples Nacional - Presidenta sanciona alterações no Simples Nacional**

11/11/2011- Notas COAD

A presidenta Dilma Rosseff sancionou hoje, 10/11, a lei que amplia os limites de participação de micro e pequenas empresas no Simples Nacional.

Com a nova lei, a ser divulgada no Diário Oficial, o limite de enquadramento no regime simplificado de tributação subirá de R\$ 240 mil para R\$ 360 mil para as microempresas e de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,6 milhões para as pequenas empresas. Esses são os valores máximos que as empresas poderão faturar anualmente para permanecer no programa. O teto para os empreendedores individuais passou de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil por ano.

A lei também duplica para R\$ 7,2 milhões o limite de faturamento anual para as empresas exportadoras. Nesse caso, as vendas ao mercado externo poderão chegar ao mesmo valor das do mercado interno. Assim, dentro desse teto, a empresa continuará enquadrada no regime simplificado.

Outra novidade é a autorização do parcelamento das dívidas tributárias em até 60 meses (5 anos) para as empresas do Simples. A medida beneficiará até 500 mil empresas que devem aos governos federal, estaduais e municipais e que seriam excluídas do regime tributário em janeiro.

Fonte: Agência Brasil

## **Poder Legislativo - Simples Nacional: sancionada Lei que reajusta tabelas de enquadramento**

11/11/2011- Notas COAD

A presidenta Dilma Rousseff sancionou, nesta quinta-feira (10/11), a Lei que reajusta em 50% as tabelas de enquadramento das micro e pequenas empresas no Simples Nacional (ou Supersimples).

O sistema institui um regime diferenciado de tributação para esse grupo, com pagamento de seis tributos federais em uma só alíquota. A proposta (PLP nº 87/2011) foi aprovada na Câmara por unanimidade, no último dia 31 de agosto.

A partir de 1º de janeiro de 2012, a receita bruta anual máxima para as microempresas podem optar pelo regime passa de R\$ 240 mil para R\$ 360 mil. As de pequeno porte serão consideradas aquelas com receita acima de R\$ 360 mil e até R\$ 3,6 milhões.

Já para os microempreendedores individuais (MEI), a receita máxima anual sobe de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil. Essa foi uma das principais vantagens da proposta, segundo o relator do projeto do Supersimples na Câmara, deputado Cláudio Puty (PT-PA).

Os chamados MEI são profissionais autônomos que contribuem para a Previdência Social e podem empregar até um funcionário. Puty explica que a maior parte desse grupo é composta por pessoas que antes trabalhavam na informalidade e que hoje

contribuem com cerca de R\$ 40 a R\$ 60 por mês. Em troca, têm acesso a benefícios como aposentadoria e auxílio doença.

De acordo com o relator, hoje, o Brasil já soma quase 1,7 milhão de microempreendedores individuais.

“Esse é um reconhecimento da enorme capacidade de trabalho dos brasileiros e brasileiras, que se viram no dia a dia. É também a prova de que a redução de impostos nem sempre significa a perda de arrecadação tributária. Neste caso, foi o contrário, pois mais gente entrou para a formalidade”, comemorou.

De acordo com o Sebrae, o ajuste na tabela do Supersimples afeta diretamente mais de 5,6 milhões de empresas, já que, com a ampliação do teto, mudam também as alíquotas aplicadas em cada categoria de negócio. Ou seja, com a Lei, um comércio com faturamento anual de R\$ 180 mil, por exemplo, que hoje paga 5,47% de sua receita em tributos, passará a pagar 4%.

Já um comércio com faturamento de R\$ 1,62 milhão, que atualmente paga alíquota de 10,23%, contribuirá, a partir de 1º de janeiro, com 9,03%. Segundo o governo, a nova Lei deverá implicar em renúncia fiscal da União da ordem de R\$ 5,3 bilhões em 2012, R\$ 5,8 bilhões em 2013 e R\$ 6,4 bilhões em 2014.

## **Secretaria Nacional**

O presidente da Frente Parlamentar Mista das Micro e Pequenas Empresas, deputado Pepe Vargas (PT-RS), destacou que, após o ajuste da tabela do Supersimples, o setor privado pode ter ainda mais benefícios com a criação da Secretaria Nacional da Micro e Pequena Empresa, que está prevista no Projeto de Lei nº 865/2011, do Executivo, em tramitação na Câmara.

Vinculado à Presidência da República, o novo órgão será responsável pela execução de políticas públicas voltadas às empresas de pequeno e médio porte, às cooperativas e às associações. O impacto orçamentário previsto com a criação da secretaria será de R\$ 6,5 milhões em 2011 e R\$ 7,9 milhões nos anos seguintes.

"A criação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa vai articular o governo federal com estados e municípios, sociedade e Congresso Nacional, para construção de políticas públicas que favoreçam ainda mais o desenvolvimento dos pequenos negócios", disse Pepe Vargas nesta quinta-feira, na cerimônia de sanção do projeto do Supersimples, no Palácio do Planalto.

O Projeto de Lei nº 865/2011 já foi aprovado por duas comissões (Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e de Trabalho, de Administração e Serviço Público) e aguarda ainda análise de outras duas comissões (Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania) antes de ser votado em Plenário.

FONTE: Agência Câmara

## **Contribuição Previdenciária - Competência de outubro/2011: prazo de recolhimento é até o dia 18/11**

11/11/2011- Notas COAD

Devem ser recolhidas até o dia 18/11, sem os acréscimos legais, as seguintes contribuições previdenciárias:

- as patronais incidentes sobre as remunerações pagas, devidas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais a serviço da empresa;
- as de 15% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativamente a serviços que lhe são prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho;
- as resultantes da retenção de 11% sobre o valor da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços efetuada por empresa contratante de serviços executados mediante cessão de mão de obra, inclusive em regime de trabalho temporário;
- as devidas quando da comercialização de produtos rurais;
- as descontadas dos segurados empregados e trabalhadores avulsos a serviço da empresa;
- as devidas, pelo contribuinte individual, retidas e recolhidas pela empresa quando da prestação de serviços;
- as dos associados como contribuinte individual arrecadadas pelas cooperativas de trabalho.

**OBSERVAÇÃO:** Se não houver expediente bancário na data de vencimento, o recolhimento deverá ser efetuado até o dia útil imediatamente anterior.

## **Direito Constitucional - ADI'S: Lei nº 9.868 completa 12 anos**

11/11/2011- Notas COAD

Desde que o instrumento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) foi criado no Brasil, em 1988, mais de 3.000 processos desse tipo foram julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), com o objetivo de garantir a supremacia da Constituição Federal.

Embora a ADI tenha sido instituída pela Carta Magna, foi apenas em 1999 que ela teve seu rito processual regulamentado com a publicação da Lei nº 9.868, há exatos 12 anos.

A Lei, que também disciplinou as Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC), conferiu maior celeridade aos julgamentos da Suprema Corte, além de reforçar o seu papel primordial de guardião da Carta Magna.

A legislação, publicada no Diário Oficial da União em 10 de novembro de 1999, definiu normas para a proposição, o trâmite e o julgamento das ADI e ADC. Dentre elas, está

à proibição imposta ao autor de desistir da ação (artigos 5º e 16º), a impossibilidade de recorrer da decisão final (artigo 26), assim como a vedação à intervenção de terceiros no processo (artigos 7º e 18), com exceção de órgãos ou entidades admitidos pelo relator como *amicus curiae* (amigo da Corte), conforme a relevância da matéria constitucional questionada.

Para o ministro aposentado do STF, Carlos Velloso, a principal inovação trazida com a Lei das ADIs foi o dispositivo que autorizou a Suprema Corte a restringir os efeitos da declaração de inconstitucionalidade, determinando sua eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento a ser fixado, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social (artigo 27).

Em entrevista concedida ao site do STF, por ocasião dos 10 anos da Lei, o ministro afirmou que a legislação veio em boa hora e que o Supremo Tribunal passou a ser muito mais aberto às postulações da sociedade, no controle concentrado da constitucionalidade. "Torço para que essa tendência continue", manifestou.

Outra inovação advinda da Lei, que possibilitou a decisão definitiva sobre determinadas controvérsias constitucionais em um curto espaço de tempo, foi à criação do chamado procedimento abreviado, introduzido pelo artigo 12. O dispositivo permitiu à Suprema Corte, nos casos que envolvam pedido de liminar e matéria de especial significado para a ordem social e a segurança jurídica, julgar diretamente o mérito da questão, de forma a evitar duplo pronunciamento do STF sobre um mesmo tema (um na liminar e outro no mérito).

A primeira ADI ajuizada no STF em 1988 questionava a Lei sobre a organização do Poder Judiciário de Rondônia (ADI 1), mas acabou arquivada porque combatia Lei s anteriores à Constituição de 1988. De lá para cá, foram ajuizadas no STF 4.616 ADI, sendo que 3.058 já tiveram decisão final, o que corresponde a 66,2% do total (dados computados até outubro deste ano). Outros 427 processos tiveram apenas o pedido de liminar apreciado.

No mesmo período, 30 ADC ingressaram na Suprema Corte, das quais mais da metade (17) tiveram decisão final. Na maior parte dos casos (68,7% das ADI e 53,3% das ADC), o controle da constitucionalidade é proposto por governador de estado ou do Distrito Federal, procurador-geral da República e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

#### Temas relevantes

Nos últimos anos, as ADI e ADC ganharam força, sendo fundamental na definição de temas de grande repercussão social no país. Um claro exemplo disso foi à decisão proferida em maio deste ano em que o Supremo estendeu o conceito de família também aos casais do mesmo sexo que vivem em união estável (união homoafetiva), na ADI nº 4.277, e na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132.

Em decisão histórica também em ação de controle de constitucionalidade (ADC nº

12), tomada em agosto de 2008, o STF proibiu a contratação de parentes no Poder Judiciário, norma esta que foi estendida à administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios por meio da Súmula Vinculante nº 13.

A decisão, que visava combater o nepotismo nos órgãos públicos, proibiu os familiares não concursados de servidores de exercerem funções de direção, assessoramento e cargos de chefia.

Outro caso que gerou intensa mobilização da sociedade, o STF negou a ADI nº 3.510 em que a Procuradoria-Geral da República buscava impedir a realização de pesquisas com células-tronco embrionárias, previstas no artigo 5º da Lei de Biossegurança, sob a alegação de que elas violariam o direito à vida e a dignidade da pessoa humana.

No julgamento realizado em maio de 2008, o ministro relator da ação, Ayres Britto, fundamentou seu voto pela total improcedência da ação em dispositivos da Constituição Federal que garantem o direito à vida, à saúde, ao planejamento familiar e à pesquisa científica.

Já no ano de 2001, por meio da ADC nº 9, o Plenário do STF confirmou o mérito da ação proposta pelo Presidente da República, garantindo o efeito vinculante da Medida Provisória nº 2.198/2001, que estabeleceu diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica (apagão).

A legalidade do sistema de cotas para o ingresso de alunos nas universidades, questionada nas ADI nº 3.330 e nº 3.197, e a ocupação de terras por cerca de três mil comunidades formadas por pessoas remanescentes de quilombos no Brasil (ADI nº 3.239) são temas de grande relevância que ainda passarão pelo crivo constitucional do STF por meio das classes processuais regidas pela Lei nº 9.868/99. Na Corte, 1.131 ações desse tipo (ADI) aguardam julgamento.

“A chamada 'Lei da ADI' prestou um grande serviço ao Supremo, sobretudo ao consolidar a jurisprudência que o Tribunal vinha criando e com a expansão trazida pela Constituição de 1988.

Hoje, o mundo jurídico se convence de que o uso da ADI é a única forma de libertar o Supremo do congestionamento inútil, para deixá-lo para a sua função precípua, esta mesma difícil, que é a de juiz da Constituição e da Federação”, afirmou o ministro aposentado do STF Sepúlveda Pertence, na ocasião dos 10 anos da Lei, em 2009.

FONTE: STF

## **Projeto de Lei - Comissão aprova proposta que pune má-fé em processo trabalhista**

11/11/2011- Notas COAD

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou na quarta-feira (09) o Projeto de Lei [7769/10](#), que prevê punição para as partes que agirem de má-fé

em processos trabalhistas. Pela proposta, da deputada Gorete Pereira (PR-CE), aqueles que mentirem durante o processo, buscarem objetivos ilegais ou apresentarem recursos somente para retardar o julgamento, por exemplo, serão multados e pagarão indenização a outra parte.

O relator, deputado Luciano Castro (PR-RR), recomendou a aprovação. Segundo ele, o tratamento da matéria no âmbito da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-lei [5.452/43](#)) poderá servir de instrumento contra a impunidade de condutas daquela forma tipificadas e a favor da conscientização do dever de todos no processo.

"É de todos - trabalhadores, empresários, advogados e magistrados - a responsabilidade social de agir em prol da consolidação de nosso Brasil como, efetivamente, um Estado Democrático de Direito", afirmou.

As medidas apresentadas pelo texto já estão previstas no Código de Processo Civil (CPC - Lei [5.869/73](#)), que pode ser aplicado nos casos de omissão da CLT. Segundo Gorete Pereira, contudo, esses dispositivos não são, em regra, utilizados em processos trabalhistas.

"Nada impede que o trabalhador ingresse com uma reclamação infundada, postulando direitos que já foram satisfeitos pelo seu empregador. Na maioria das vezes em que isso ocorre, não há condenação do trabalhador pela litigância de má-fé", alertou a deputada. Ela avalia que a proposta deve "desestimular processos temerários e sem fundamento".

Pelo projeto, a multa para esses casos, determinada pelo juiz ou pelo tribunal, será de até 1% do valor da causa. Já a indenização a outra parte pelas despesas efetuadas será de até 20% do valor da causa.

A proposta também prevê a responsabilidade dos advogados da parte em processo trabalhista que agir de má-fé. Pelo projeto, o advogado que se "coligar" ao cliente para prejudicar a outra parte deverá responder solidariamente ou de forma conjunta a ele. Essa medida, especificamente, não está prevista hoje no CPC.

### **Tramitação**

O projeto tem análise conclusiva e ainda precisará ser votado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

FONTE: Agência Câmara

## **FAP - Consulta está liberada nos sites do MPS e da RFB**

11/11/2011- Notas COAD

Estão disponíveis nos portais do Ministério da Previdência Social e da Receita Federal os valores do FAP – Fator Acidentário de Prevenção das empresas, de acordo com as subclasses CNAE vinculadas as atividades econômicas.

O fator acidentário será utilizado a partir de janeiro/2012 para calcular as alíquotas RAT – Riscos Ambientais do Trabalho por empresa.

Além dos índices de frequência, gravidade e custo de toda a acidentalidade registrada nos anos de 2009 e 2010, também poderão ser consultados os números de registros

de acidentes e doenças do trabalho, de auxílios-doença acidentários, de aposentadorias por invalidez e de pensão por morte e o valor total de benefícios pagos.

Cada empresa tem uma senha de acesso para poder verificar o valor do seu FAP e a sua situação em relação à atividade econômica a que pertence. A senha é a mesma já utilizada pelas empresas para o recolhimento de tributos à Receita Federal pela internet.

Até o dia 30-11-2011, o contribuinte que não concordar com o seu índice, deve interpor recurso diretamente pela página do FAP

## **Defesa do Consumidor - Comissão aprova decisão de ofício para anular cláusulas abusivas de contrato bancário**

11/11/2011- Notas COAD

A Comissão de Defesa do Consumidor aprovou o Projeto de Lei 1807/11, do deputado Francisco Araújo (PSD-RR), que dá poderes ao juiz para anular cláusulas abusivas de um contrato, inclusive bancário, independentemente de ação iniciada por consumidor. A proposta altera o Código de Defesa do Consumidor (CDC, Lei 8.078/90).

O CDC considera nulas as cláusulas contratuais abusivas. A lei elenca os casos considerados abusivos, como transferir responsabilidades a terceiros e impedir o reembolso de quantia paga, entre outras. Segundo o autor da proposta, até recentemente a Justiça reconhecia o direito de o juiz anular cláusulas abusivas sem necessidade de provocação (de ofício, no jargão jurídico).

Em 2009, porém, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) editou a Súmula 381, estabelecendo que nos contratos bancários o juiz só pode determinar a nulidade com base em ação de consumidor. Para Francisco Araújo, a súmula instaurou uma "desigualdade de forças" entre consumidores e os bancos.

O relator do projeto na comissão, deputado Roberto Santiago (PSD-SP), defendeu a aprovação. Segundo ele, as cláusulas abusivas representam ofensas gravíssimas aos princípios que norteiam o direito do consumidor.

Fonte: Agência Câmara